

O SERVIÇO SOCIAL E O DESAFIO EM ROMPER COM A DESIGUALDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO REGULAR

Naara Mariz Sena • Graduação em Serviço Social pela Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: naaraanimada@hotmail.com

Leandro Henrique Araujo Leite • Mestrado em Desenvolvimento Local – Universidade Católica Dom Bosco, Especialização em Dependência Química e Saúde Mental, Graduação Em Serviço Social pela Universidade Anhanguera Uniderp. E-mail: tutoread.leandro@gmail.com

Envio em: julho de 2012

Aceite em: junho de 2013

RESUMO: O presente artigo expõe o relato de experiência proporcionado pelo estágio curricular durante o curso de Serviço Social, a vivência na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE no município de Caicó/RN possibilitou a aproximação com uma questão social existente na instituição. Através do Diagnóstico Social, realizado com pesquisa quali-quantitativa, foi diagnosticada a dificuldade de aprendizagem da pessoa com deficiência no ensino regular. Após esse diagnóstico, foi desenvolvido o projeto de intervenção que tinha como objetivo aprimorar e treinar profissionais que atuam na educação da pessoa com deficiência. Nesta perspectiva, o texto segue buscando que através da história e das políticas sociais é possível inserir a pessoa com deficiência no ensino regular.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Questão Social. Educação Inclusiva.

THE SERVICE SOCIAL AND THE CHALLENGE IN BREAKING WITH INEQUALITY DISABILITY IN REGULAR EDUCATION

ABSTRACT: This paper present the experience report provided by the stage curriculum during the course of Social Service. The experience in the Association of Parents and Friends of Exceptional Children – APAE in the city of Caicó/ RN allowed the approach to a social issue existing in the institution. Through Social Diagnosis, carried out qualitative and quantitative research was diagnosed with learning disabilities for people with disabilities in mainstream regular learning. After this diagnosis, it was developed an intervention project that aimed to improve and train professionals who work education of the disabled person. In this perspective, the text follows what that throughout history and social politics is possible the person with disabilities in regular learning.

Keywords: People with disabilities. Social Issues. Inclusive Education.

INTRODUÇÃO

Apesar da existência dos direitos da pessoa com deficiência no âmbito escolar, a realidade demonstra que existe ainda um longo caminho a ser percorrido em busca de uma melhor educação básica para a pessoa com deficiência, fato esse observado, durante a vivência proporcionada pelo campo de estágio curricular na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE – Caicó/RN.

A questão específica dos direitos da pessoa com deficiência no ensino regular está destacada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.

Art. 58 Entende – se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

Apesar da existência da lei, foi observada no diagnóstico social, a importância de esta ser cumprida de forma correta, dando subsídios para o desenvolvimento do projeto de intervenção que teve como objetivo principal: Aprimorar e treinar profissionais que atuam na educação das pessoas com deficiência; proporcionar um conjunto de atividades teórico – prática buscando assim a melhor dedicação dos profissionais no ensino regular das crianças e adolescentes que recebem atendimento na APAE.

Ao refletir sobre a experiência, fundamentadas por uma base bibliográfica, foi possível a construção deste artigo, que propõe também uma reflexão sobre a atitude que deve ser adotada diante da questão social existente na instituição baseando-se na legislação brasileira que normatiza e ampara crianças ou adolescentes com deficiência.

Mais adiante busca-se subsídios teóricos para efetivação dos direitos da pessoa com deficiência no ensino regular. Sabe – se que a questão abordada e aprofundada neste trabalho não objetiva trazer resposta completas ou solução definitiva, mas tentar desmitificar o problema existente.

A QUESTÃO SOCIAL E OS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL

No dizer de Marx, o trabalho é conjunto entre o homem e a natureza, mas também é uma interação social da própria sociedade, afetando os seus sujeitos e sua organização.

A produção capitalista faz com que exista uma grande massa de valores de um lado, e, do outro uma imensa concentração da pobreza. Isso nos confirma que a Questão Social nasce do capitalismo, pois cada vez mais a população sofre com a desigualdade oriunda do capitalismo.

No dizer de Yamamoto (2011), foi afirmado que apreender a Questão Social é também apreender como os sujeitos a vivenciam. É com ela que se pode perceber a necessidade de cada sujeito. Diante disso, é possível perceber a importância do assistente social estar identificando a questão social, conhecendo assim a demanda de seus usuários, implementando projetos ou ações para a desmistificação da questão social presente.

A Questão Social é um fenômeno que se apresenta conforme as modificações sociais, configurando-se seja pelo capitalismo, violência, ausência de direitos e demais problemas relacionados à sociedade.

No dizer de Yamamoto (2007) as múltiplas expressões da questão social são fragmentadas como se fossem independentes, deixando assim de ser só compreendida como fruto do conflito entre capital e trabalho.

Os direitos sociais no país são construídos pela reivindicação dos movimentos dos trabalhadores, surgindo após a Revolução Industrial.

O Brasil é historicamente dominado pelo capital internacional, desde os primórdios da colonização e pelos grandes blocos econômicos, pelas multinacionais, dentre outras instâncias econômicas, o que evidencia o caráter de submissão da nação brasileira ao capital estrangeiro. O Brasil se constrói através de uma dualidade desconcertante, ficando explícita na má distribuição de renda, ou seja, alto poderio econômico nas mãos de uma minoria burguesa e baixo nas mãos de uma maioria desprovida.

Devido à má distribuição de renda, o ser humano sofre junto com a família criando uma sociedade paternalista e preconceituosa.

Quando se tem a família como referência, mesmo que seja simbólica, significa privilegiar a ordem moral, exigindo assim os direitos universais de cidadania, julgando assim o mundo social como ele é.

DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A história da pessoa com deficiência existe desde os nossos primitivos índios brasileiros. Nessa época, a criança que nascia com alguma deformidade física era atirada nas montanhas, pois se acreditava que a criança com deformidade não poderia ter uma vida como uma criança dita “normal”:

Com certeza, pessoas com deficiência existiam sim no início de nossa história. Mas diante de tal afirmação, leva-nos a pressupor que, talvez como consequência cultural da política de exclusão dos Índios, a sociedade colonial continuasse a segregar, a esconder essas pessoas. Até mesmo por motivos de vergonha ou de completo desconhecimento, não saber lidar com elas (FILGUEIRA, 2008, p.27).

Após anos de segregação e descaso com as pessoas com deficiência, a sociedade começa a se organizar e a reivindicar os direitos destes cidadãos, de modo ainda não tão expressivo, mas presente.

No início, os envolvidos nos movimentos em prol das pessoas com deficiência eram familiares, amigos, igreja, estendendo-se esta questão até às classes de profissionais da educação, assistência social e da saúde.

Na década de 50, tem-se início a Educação Especial nas instituições e entidades assistenciais, compreendida historicamente pelo Império. Foi onde a pessoa com deficiência foi lembrada pela primeira vez. Vale salientar que Educação no nosso país, parece que é só vista com atenção na época de eleições por interesses políticos.

A evolução dos direitos da pessoa com deficiência apesar de ter sido um processo moroso, aos poucos foi sendo garantido pelo governo. Em relação a este caminhar Figueira, (2008, p.43), aponta:

A pessoa com deficiência começa a tomar consciência de si como cidadão, a partir de 1981, foi nos anos 80 onde existiu no Brasil um amplo movimento de conscientização popular sobre a verdadeira imagem da pessoa com deficiência, movimento. Em 1992, foi criado o documento intitulado 'Programa de Ações Mundial para as Pessoas Portadoras de Deficiência' que, em seu parágrafo 27, traça o que a sociedade deve esperar de uma pessoa com deficiência e como deve ser a sua imagem: 'Das Pessoas com Deficiência deve-se esperar que desempenhem seu papel na sociedade e cumpram suas obrigações como adultos. A imagem das pessoas com deficiência depende de atitudes sociais baseadas em fatores diferentes, que podem constituir a maior barreira à participação e à igualdade. Deveríamos ver a deficiência pela bengala branca, as muletas, os aparelhos auditivos e as cadeiras de rodas, mas não pela pessoa. É necessário centrar sobre a capacidade das pessoas com deficiência e não em suas limitações'.

Para uma compreensão maior acerca dos direitos sociais, cabe recorrer – se a Constituição Federal a qual no art.6º exemplifica que são direitos sociais, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.

Toda pessoa independente de ter alguma deficiência ou não tem seus direitos, respaldados pela constituição de 1988.

AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

No final da ditadura militar, a conjuntura econômica estava em crise: inflação, dívida pública acentuada, fazendo a população sair às ruas em manifestações organizadas (FALEIROS, 2000).

Os anos 80 têm um grande marco, a Constituição Federal de 1988, a qual foi fruto do rompimento da ditadura militar e surgimento da democracia no país, através dela os direitos sociais se tornam mais públicos para toda a sociedade.

Já os anos 90 são marcados pelo neoliberalismo, onde há um maior favorecimento do mercado e a redução do papel do Estado:

Os anos 90 foram considerados os anos da crise e mudança. Crise interna de militância, de participação, de credibilidade nas políticas públicas, de confiabilidade e legitimidade junto à própria população e crises externas, decorrentes da redefinição dos termos do conflito social entre os diferentes atores sociais e entre a sociedade civil e a sociedade política (GOHN, 1997, p.37).

O neoliberalismo prevê que as obrigações sociais não eram do Estado, mais sim de outras iniciativas com as Igrejas, ONGs¹, isso que dizer a sociedade civil compreendida por terceiro setor.

No Brasil, o neoliberalismo entrou em vigor no governo de Fernando Henrique Cardoso, anos 90. Nesse governo ocorreu um acelerado processo econômico. Com isso as pequenas empresas deixaram de existir, pois não tinham capital, assim as grandes empresas compravam as pequenas havendo a falência e aumentando a desigualdade de capital entre os trabalhadores.

O neoliberalismo causa desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional.

Por o Brasil ser dependente financeiramente do capital internacional, acaba – se privatizando as empresas estatais, para tentar diminuir a dívida existente no país.

Devido aos problemas causados pelo neoliberalismo, a política social entra em vigor, embora ela não tenha um período de iniciação certo, pois é um processo social fruto das desigualdades existentes no nosso país, ela é própria de formações econômica – sociais capitalistas contemporâneas, pois foi criada para controlar as necessidades sociais básicas das pessoas que sofrem do sistema capitalista.

A criação da Política Nacional da Assistência Social – PNAS de resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, representa um ganho significativo para a sociedade brasileira, bem como uma política que torna ainda mais favorável o acesso a bens e serviços aos usuários da assistência social.

A PNAS está em consonância com a Lei Orgânica de Assistência Social tendo como um dos princípios democráticos:

III – Respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito e benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade.

1 ONGs – Organização não governamental.

Segundo a Resolução n.145/04 (PNAS), a família é uma instituição central, no âmbito das ações da política de assistência social (art.203 CF), por se constituir em um complexo de relações privilegiadas e insubstituíveis de proteção e socialização primárias dos cidadãos, provedora de cuidados aos seus membros, mas igualmente a ser cuidada e protegida pelo Poder Público.

Dentro da Política Social existem leis e Estatutos que atribuem direitos para pessoa com deficiência no âmbito educacional. Um dos primeiros direitos está inserido no Estatuto da Criança e do Adolescente que foi instituído pela Lei.8069 no dia 13 de julho de 1990. Ele regulamenta os direitos das crianças e dos adolescentes inspirado pelas diretrizes fornecidas pela Constituição Federal de 1988, internalizando uma série de normativas internacionais.

No ECA, Art.54- É dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

Na Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS de nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art.1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

No art.20 da mesma lei. O benefício de prestação continuada é a garantia de 1(um) salário mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 70 (setenta) anos ou mais e que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

A partir da LOAS, é possível analisar que a pessoa com deficiência pode receber o BPC (Benefício por Prestação Continuada), se estiver regularmente matriculada na rede de ensino básico e comprovar uma renda de $\frac{1}{4}$ salário mínimo por pessoa.

Seguindo a legislação pertinente à pessoa com deficiência no ensino regular, existe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, onde é atribuído no capítulo V – Da educação especial, abaixo será descrita como na lei funciona a educação especial.

Veja-se o que diz o artigo 58: Entende – se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

Art.60º - Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Mesmo encontrando esses dispositivos legais relacionados ao direito da pessoa com deficiência de forma esparsa e circunstancial, em legislações específicas como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Estatuto da Criança e do Adolescente, na Lei Orgânica da Assistência Social, dentre outros, e, sobretudo a título de regulamentação em decretos, instruções normativas e portarias. Portanto, a questão vem sendo tratada de forma secundária ou complementar.

O Serviço Social na APAE atua através de legislações como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Estatuto da Pessoa com Deficiência, Constituição Federal de 1988, fazendo com que as leis sejam executadas.

O Serviço Social é o primeiro setor em que a família ou responsável da pessoa com deficiência recebe atendimento na APAE, como: apresentação da instituição, suas normas e objetivos de trabalho. Neste contato o Assistente Social através do acompanhamento do usuário conhece a situação do mesmo e acompanha então sua adaptação à instituição.

■ DIAGNÓSTICO SOCIAL

Através da vivência no campo de estágio no período de 2 (dois) anos, percebeu-se a dificuldade de aprendizagem da pessoa com deficiência no ensino regular. Realizada a pesquisa quali-quantitativa, foi confirmado esse problema, nas crianças e adolescentes assistidos pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, mas especificamente no contexto municipal.

Segundo o art.37 do Estatuto do Portador de Deficiência, é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar a educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando – a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, violência, crueldade e opressão escolar.

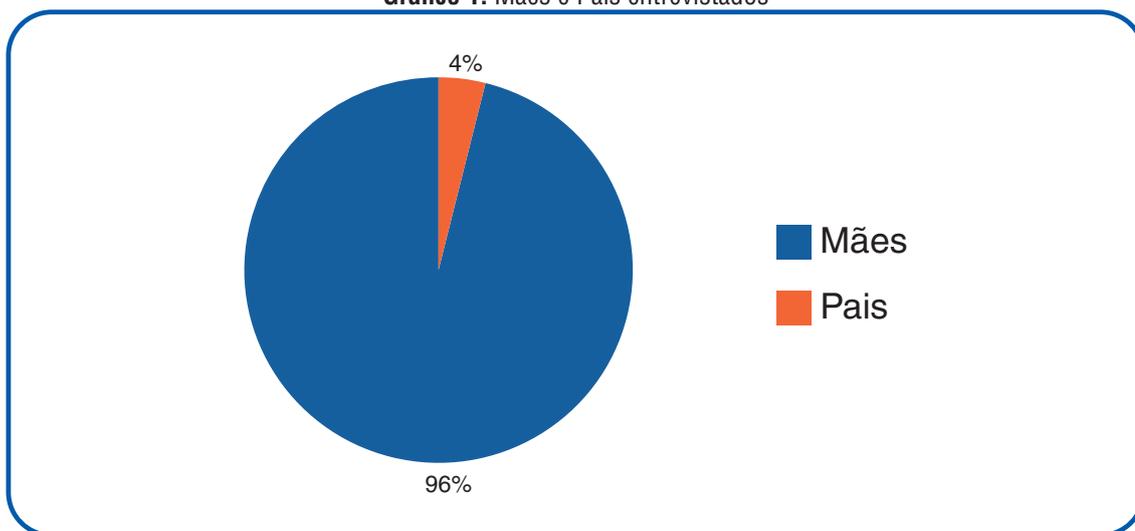
Na realidade acontece ao contrário, os pais ao conhecerem o Estatuto, preocupam-se com filho ter o direito à educação de qualidade, mas não é o que acontece.

A educação inclusiva objetiva a busca da autonomia e a independência do aluno. Isso só ocorrerá quando os ambientes educacionais se comprometerem com os direitos que estão postados no Estatuto do Portador de Deficiência, na Política Nacional de Educação Especial, na lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.

A pesquisa foi elaborada com a finalidade de buscar soluções para o problema a ser diagnosticado, percorrendo esse caminho foi feito um questionário com perguntas sócioeconômicas e específicas sobre o problema social.

A totalidade do universo pesquisado é composta por 100 crianças e adolescentes, desse todo foi realizado um recorte de 20 % perfazendo um total de 15 famílias. Dos entrevistados 96 % são mães e 4% são pais, tal diferença se justifica pelo fato dos pais estarem trabalhando no período em que ocorreu a pesquisa, sendo estes o responsável pelo sustento familiar, conforme demonstra o gráfico abaixo.

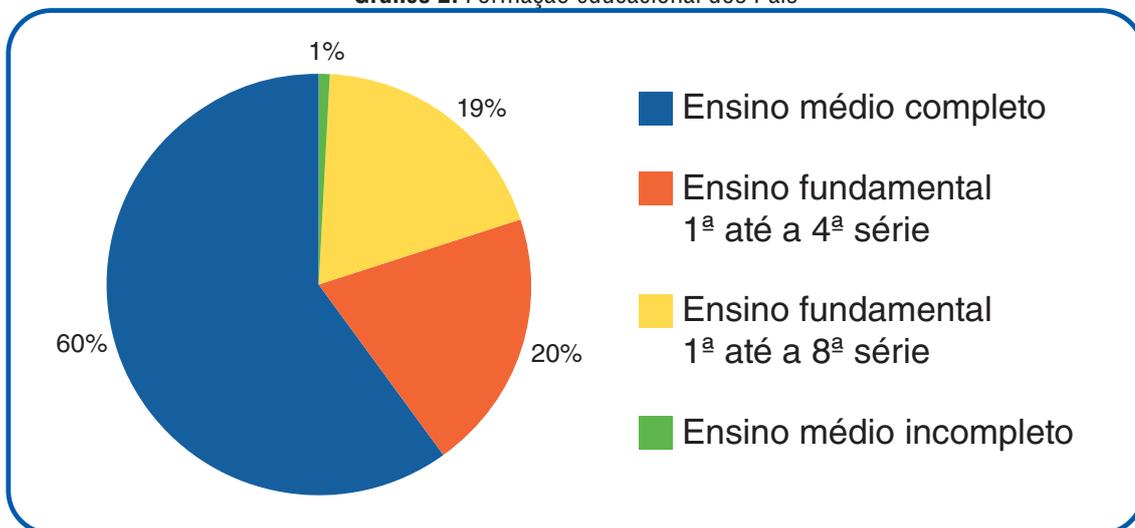
Gráfico 1: Mães e Pais entrevistados



Fonte: dos autores.

Ao abordar sobre o nível de escolaridade dos entrevistados, constatou-se que a maioria dos pais tem pelo menos o ensino médio completo, assim facilitando o conhecimento sobre a deficiência do filho, bem como os direitos sociais. Para melhor compreensão o gráfico abaixo mostra isso:

Gráfico 2: Formação educacional dos Pais



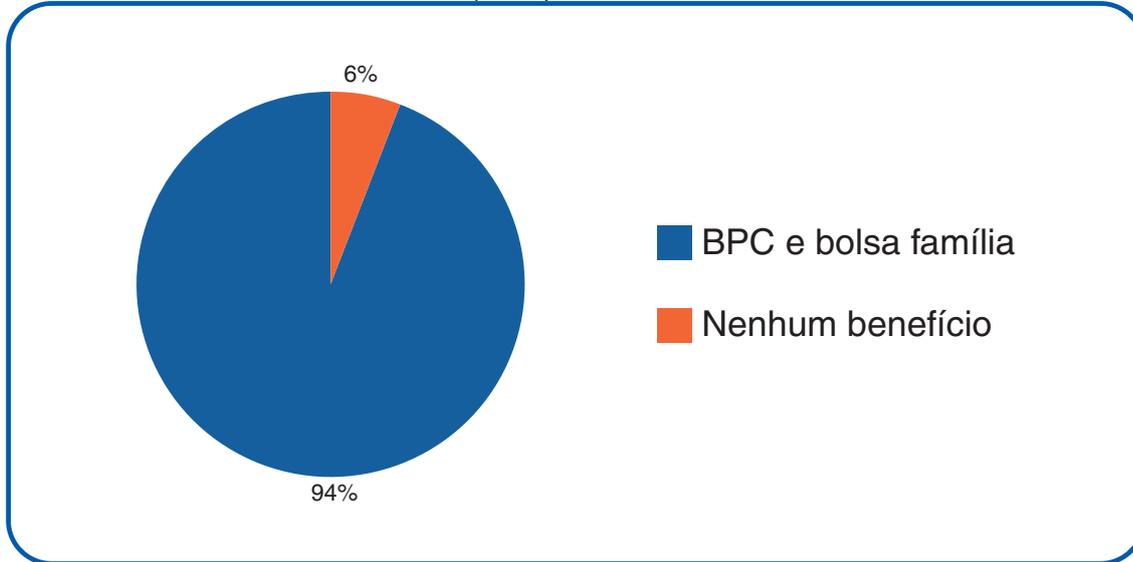
Fonte: dos autores.

Dessa forma, é possível perceber que os pais encaminham seus filhos para a APAE, buscando alguma instrução para eles. Esse conhecimento facilita a cobrança pela efetivação dos direitos dos que ainda são privados destes.

No universo dessa entrevista, podemos perceber que 94 % dos portadores de deficiência recebem o BPC (Benefício por Prestação Continuada) ou Bolsa Família, e outros 6 % não recebem nenhum benefício, indicando que a maioria das famílias no âmbito

da entrevista mostra interesse na procura por direitos dos seus filhos portadores. O gráfico abaixo exemplifica tais dados:

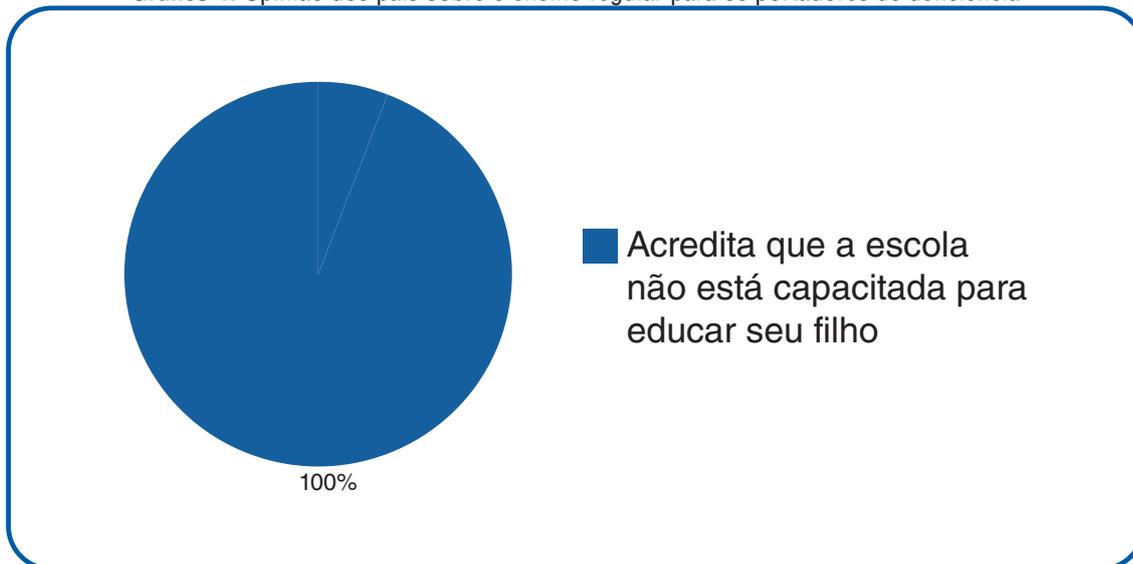
Gráfico 3: Benefícios que os portadores de deficiência recebem.



Fonte: dos autores

Ao adentrar no estudo para buscar soluções do problema diagnosticado na instituição, foram feitas várias perguntas: a primeira foi se o entrevistado acreditava que a escola estava capacitada para receber o portador. Foi surpreendente a resposta dos pais, 100 % afirmaram que a mesma não está capacitada, para educação do seu filho (a). Observe-se o gráfico:

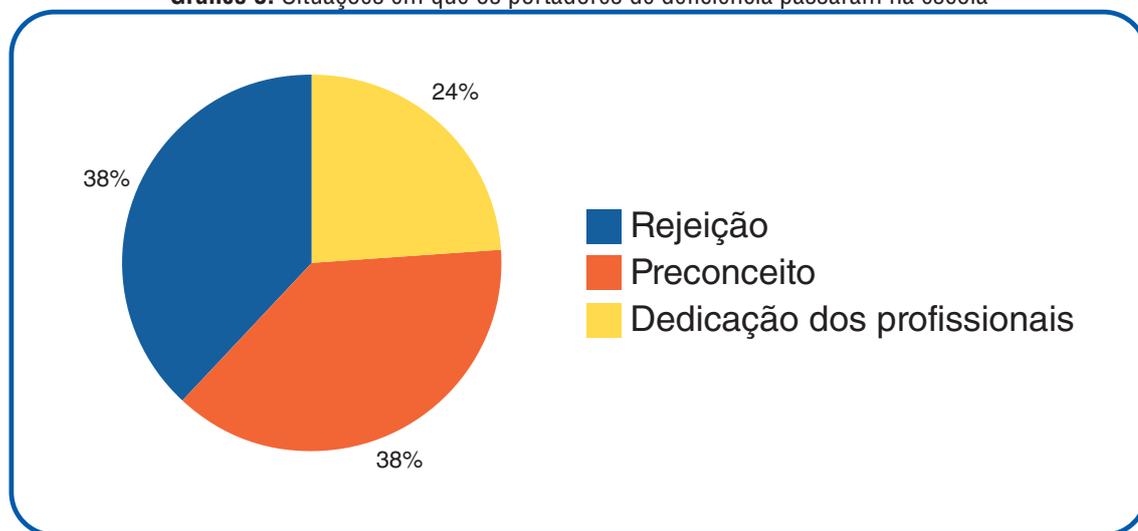
Gráfico 4: Opinião dos pais sobre o ensino regular para os portadores de deficiência



Fonte: dos autores

Na continuação da entrevista, perguntou-se se já vivenciaram alguma situação na escola de rejeição, preconceito e dedicação dos profissionais da escola, 38 % relataram rejeição, 38 % rejeição e 24 % dedicação dos profissionais. O gráfico explica:

Gráfico 5: Situações em que os portadores de deficiência passaram na escola



Fonte: dos autores

ANÁLISE DOS RESULTADOS DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

Diante do problema, da desigualdade da pessoa com deficiência no ensino regular, foram executadas ações com o intuito de oferecer treinamento para profissionais das escolas municipais que educam crianças e adolescentes assistidos pela APAE.

O projeto foi executado através de palestras, oficinas de orientação e explicitar os direitos da pessoa com deficiência. As ações foram desenvolvidas na instituição supracitada.

A experiência no projeto foi de grande valia, pois os profissionais participantes tiraram suas dúvidas, mostraram suas experiências e angústias referente ao ensino regular da pessoa com deficiência.

Os objetivos propostos pelo projeto foram alcançados, apesar da existência do descaso do problema por parte de alguns profissionais, proporcionando a aproximação em situação concreta e até desafiadora, vivenciada nesse momento do estágio, dando oportunidade ao conhecimento, através da observação da realidade vivida, utilizando instrumental técnico – operativo da profissão.

É existente no município de Caicó/RN, a Secretaria de Educação Inclusiva, secretaria que necessita de uma atuação mais eficaz, quando essa situação se tornar mais eficaz, a educação inclusiva será mais efetiva em relação aos direitos da pessoa com deficiência.

A atuação da secretaria irá subsidiar melhor atuação dos profissionais na educação, legitimando assim os direitos já existentes.

■ CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estágio em Serviço Social, percebeu-se que o exercício profissional do Assistente Social independente da instituição a qual este atua, faz-se necessário o alicerce por uma postura crítica e analítica, conforme seu código de ética e as leis que regulamentam a profissão. Exigindo-se uma postura profissional pró-ativa e com domínio teórico-metodológico.

Para Buriolla (2006), o estágio é essencial à formação do acadêmico, pois irá proporcionar momentos concretos de aprendizagem, uma reflexão sobre a ação profissional, levando-o a uma análise crítica da dinâmica das relações existentes na realização do estágio.

Isso identifica que o estágio correlacionado com a teoria aprendida durante o curso, cria a formação fomentada do curso de Serviço Social, promovendo um profissional, que lida com os direitos e defesa das pessoas, diante de todos os avanços no campo legal, a sociedade ainda não tem conhecimento dos direitos contidos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 7.853. Não adianta se elencar um inventário de culpas para responsabilizar quem não atribui à educação inclusiva como prioridade no ensino regular, fazendo com que não haja a garantia de direitos fundamentais à pessoa com deficiência.

Em um mundo comandado pelas leis de mercado, a realidade vem sendo calada na má distribuição de riquezas, conduzindo à exclusão social e à globalização da miséria.

O que é educar uma criança ou adolescente com deficiência no ensino regular? É educá-lo da mesma forma que se educa uma criança ou adolescente dita “normal”, as leis existem para serem executadas.

O problema da educação inclusiva merece mais atenção, por parte de educadores e por parte da sociedade como um todo, pois acarreta danos ao desenvolvimento da criança ou adolescente, tais como: rejeição, baixa auto-estima, dificuldade na aprendizagem.

O profissional de Serviço Social pode propôr, participar e incentivar a família da pessoa com deficiência para ser mais atuante nos meios de controle social, efetivação de seus direitos junto às políticas públicas existentes no nosso País.

■ REFERÊNCIAS

BEHRING, Elaine Rosseti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. **Constituição (1988)**. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 88p.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Brasília: Senado Federal, 2006.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Brasília: Senado Federal, 1989.

_____. **Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993**. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: Senado Federal, 1993.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS. **Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.

BURIOLLA, Marta Alice Feiten. **Estágio Supervisionado**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Gohn, 1997.

FIGUEIRA, Emilio. **Caminhando em Silêncio: Uma introdução a trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil**. São Paulo: Giz Editora, 2008.

GOHN, Maria da Glória. Classes sociais e movimentos sociais. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social: módulo 2**. Brasília: Cead, 1997.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico – metodológica**. 24 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

PAULO NETTO, José. **Economia política: uma introdução crítica** / José Paulo Netto e Marcelo Braz., 4. Ed., São Paulo: Cortez, 2008.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SENADO FEDERAL. Secretaria Especial de Editoração e Publicações. **Estatuto da Pessoa Portadora de Deficiência**. Senador Paulo Paim, 2003.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.